

# O DIREITO EMPRESARIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## INTRODUÇÃO

A pesquisa [DIREITO EMPRESARIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA](#) analisa as decisões mais relevantes do STJ sobre Direito Societário (“Pesquisa”).

Este é o quarto de uma série de cinco *fact sheets* sobre os resultados preliminares da pesquisa e aborda a decisão do STJ, excluídas as ações de telefonia sobre o segundo tema de direito societário mais discutido no STJ entre 2008 e 2019: a dissolução parcial de sociedade.

A decisão sobre dissolução parcial de sociedade mais citada pelo STJ no período analisado foi o Recurso Especial nº 1.129.222/PR, que foi citado 32 vezes.

## HISTÓRICO DO CASO

Trata-se de ação de dissolução parcial de uma sociedade familiar, denominada Concorde Administração de Bens Ltda. (“Sociedade”), visando à exclusão de sócios por quebra de *affectio societatis*.

Participavam dessa sociedade dois irmãos e suas respectivas esposas; cada casal possuía 50% do capital social. Nos autos, a sociedade figurou como litisconsorte passiva necessária. No caso analisado:

- A ação foi julgada improcedente na primeira instância sob o fundamento de que a perda da *affectio societatis* é insuficiente para a exclusão de sócio.
- Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR) manteve a sentença, exceto na redução do valor dos honorários advocatícios.
- Contra o acórdão do Tribunal, os autores interpuseram recurso especial, porém foi inadmitido na origem pelo TJ/PR.

- Na decisão sobre o agravo interposto contra a decisão do TJ/PR, que negou a admissibilidade do Recurso Especial, o ministro relator determinou a subida dos autos para análise do Recurso Especial pelo STJ.

Em primeira instância, os réus confirmaram a quebra de *affectio societatis*, porém negaram terem sido os responsáveis pelo fato. Por outro lado, os autores não quiseram produzir provas sobre quais atos cometidos pelos réus consistiam no descumprimento das obrigações sociais.

O juízo julgou a ação de dissolução parcial de sociedade improcedente por entender que a perda da *affectio societatis* é insuficiente para fundamentar pedido de exclusão de sócio.

Os autores recorreram ao TJ/PR, que manteve a improcedência da ação pela ausência de provas que imputassem a quaisquer das partes a responsabilidade pela perda da *affectio societatis*.

O Recurso Especial foi apresentado com base nos seguintes fundamentos:

- A não apreciação, pelo TJ/PR, da conexão com a ação de exclusão de sócios da sociedade proposta pelos réus contra os autores.
- A ocorrência da revelia por causa da intempestividade da contestação apresentada pelos réus na ação de dissolução parcial da sociedade.
- A quebra de *affectio societatis* teria sido comprovada pela confissão dos réus.
- A possibilidade de dissolução parcial da sociedade por quebra da *affectio societatis* sem a necessidade de comprovação de justa causa.

## QUESTÕES JURÍDICAS EM DISCUSSÃO

As principais questões jurídicas em discussão no Recurso Especial nº 1.129.222/PR são:

- | A possibilidade de dissolução parcial de sociedade limitada tendo como único requisito a quebra de *affectio societatis*.
- | O ônus da prova em ações de dissolução parcial de sociedade.

## O RECURSO ESPECIAL

Os recorrentes alegavam que a decisão do TJ/PR violava o disposto nos artigos 105, 128, 131, 177, 297, 319, 333, 348, 535, do Código de Processo Civil/1973, e o inciso I do artigo 336 do Código Comercial de 1850<sup>1</sup>. Os recorrentes entenderam que o tribunal de origem deveria ter:

1. apreciado a alegação de conexão das ações que possuíam o mesmo objeto e as mesmas partes, ainda que em polos processuais diversos;
2. declarado, à revelia dos réus, a intempestividade da contestação ofertada e
3. reconhecido que a quebra da *affectio societatis* era requisito exclusivo para decretação da dissolução parcial da sociedade, não importando, portanto, quais partes, ou quais atos, a ocasionaram.

Em decisão unânime, o STJ decidiu que a inexistência de conexão entre as ações em razão de:

1. as partes estarem em polos inversos ao da ação analisada;
2. a decisão que determinou a exclusão do réu da sociedade não havia transitado em julgado e
3. o pedido de exclusão da sócia ter sido julgado improcedente em outra ação que envolvia as mesmas partes.

O STJ decidiu que a quebra de *affectio societatis* é insuficiente para a dissolução parcial de sociedade ajuizada no intuito da exclusão de sócio, sendo necessária a comprovação:

- a) do inadimplemento do dever de colaboração social e
- b) da indicação dos atos praticados pelo sócio excluindo que prejudicariam a consecução do fim social da empresa.

A 3ª Turma do STJ também entendeu que o parágrafo 1º do artigo 336 do revogado Código Comercial de 1850 poderia ser invocado para fundamentar a exclusão do sócio se a causa da quebra da *affectio societatis* tivesse sido demonstrada nos autos.

## PRÓXIMOS PASSOS

O próximo *fact sheet* da Pesquisa abordará outro tema de direito societário mais discutido e citado no STJ: a apuração de haveres.

---

<sup>1</sup> Os artigos do CPC/73 alegados pelos recorrentes possuíam a seguinte redação: Art. 105. Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente. Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito à lei exige a iniciativa da parte. Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. Art. 177. Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa. Art. 297. O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção. Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Art. 333. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando: I - recair sobre o direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. Art. 348. Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão é judicial ou extrajudicial. Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. O inciso I do art. 336, do Código Comercial de 1850, possuía o seguinte texto: Art. 336. As mesmas sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do período marcado no contrato, a requerimento de qualquer dos sócios: I - mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser suficiente.